

Desde Kennedy, nada se ouviu de tão bom

Paulo Francis,
de Nova York

Domingo, numa solenidade de "commencement" (início das aulas) de Notre Dame, a maior universidade católica dos EUA, o cardeal Paulo Evaristo Arns, de São Paulo, foi aplaudido de pé pelos alunos, ao ser feito doutor "honoris causa" pela luta que move por direitos civis no Brasil.

O orador principal era Jimmy Carter, bastante aplaudido, mas não tanto quanto o nosso cardeal e seus colegas Stephen Kim, da Coreia do Sul, e Donal Lamont. A companhia em que nos colocaram em privação de direitos humanos é injusta, sem dúvida, pois Coreia do Sul e Rodésia transcendem o sub-humano em matéria de injustiça, porém, nos dá uma idéia da imagem que o Brasil projeta no exterior.

Direitos humanos é um assunto quentíssimo nos EUA. Não existe iniciativa de Jimmy Carter mais popular do que a propaganda que faz a esse respeito. Se sincera ou não, é um tanto irrelevante, no caso, pois o público acredita no presidente, e a recepção literalmente triunfal que deu aos três bispos em Notre Dame é apenas uma mostra de quão fundo o tema toca os americanos.

Sempre mantendo em observação a sinceridade de Jimmy Carter, é justo acrescentar que o discurso dele em Notre Dame foi magnífico, o mais importante discurso de um chefe de Estado americano desde que John F. Kennedy, em 10 de junho de 1963, na Universidade Americana, de Washington, falou de um

mundo de "coexistência na diversidade", ou seja, traduzindo, admitiu o direito da URSS e de sistemas diferentes do dos EUA de nascerem e existirem em paz (teóricos da conspiração que supostamente haveria vitimado JFK datam desse discurso a decisão da direita americana de assassiná-lo).

Cito apenas um trecho do discurso de Carter, sem comentários: "Estamos agora livres do medo excessivo ao comunismo que, no passado, nos levou a abraçar qualquer ditador que partilhasse o nosso medo".

Não pensei que viveria o bastante para ouvir tais palavras de um presidente dos EUA.

Continua na pag. 8.

Chile desterra 1.000 presos

Um relatório do Ministério das Relações Exteriores do Chile, divulgado ontem, procura demonstrar que o regime do general Pinochet Ugarte tem sido generoso com os condenados antes da ascensão ao poder do atual regime militar: cerca de mil prisioneiros, dos quais nove condenados à prisão perpétua, foram beneficiados por um decreto que permite a comutação da pena pelo desterro fora do Chile.

O secretário da Comissão Especial de Indultos, Enrique Rossi, disse que mais 40 prisioneiros chilenos esperam os trâmites especiais para serem beneficiados com o desterro, e acrescentou que EUA, França e Alemanha aceitaram a maioria.

D. Paulo Arns é mais aplaudido que Carter

Paulo Francis, de Nova York
Continuação da primeira página

Os donatários dos diversos "Gulags" do mundo livre chamado que tomem nota e se acautelem. Não é apenas porque foi Jimmy Carter quem o disse, e, sim porque ele é o presidente, e este, como já foi notado nestas páginas, é o cidadão mais influente dos EUA. E, nos EUA, há reservas intocadas de idealismo que superam as de carvão, de urânio e petróleo. Os cardeais Arns, Kim e Lamont, da Rodésia, sabem, ao menos, que não estão pregando no deserto.

O vice-presidente Mondale, na Europa, e Andrew Young, embaixador na ONU, em Maputo e Joanesburgo, avisaram aos sistemas apartheid que não esperem auxílio dos EUA se forem engolfados numa guerra racial, porque não se decidiram a implementar as reformas minimamente civilizadas que esses dois emissários de Carter lhes sugeriram. É um compromisso sério, que se tornará mais sério ainda se presidente e auxiliares não cumprirem a palavra que deram em palco mundial.

O que Carter e assessores estão dizendo é que não aceitam a ameaça comunista internacional como pretexto para que, nas palavras do próprio presidente, "copiemos os métodos dos nossos adversários". E lembrou que essa "cópia" levou à pobreza intelectual e moral (sic) do Vietnã.

Isso não significa que amanhã os marines desembarcarão nas Bananas Republics diversas, depondo ditadores, que justificam a sua perpetuação no poder, a suspensão de direitos, o infligimento de prisão arbitrária sem habeas corpus de culpa formada e da tortura monstruosa a dissidentes, sob o pretexto pífio, na maioria

dos casos, de que as vítimas são agentes de Moscou. Isso significa que o pretexto é finalmente reconhecido em Washington pela empulhação que sempre foi. É uma posição diplomática e não uma proposta intervencionista. Mas é uma guinada de 180 graus na política externa dos EUA.

Considerações de segurança nacional dos EUA, verdadeiras ou imaginárias, farão com que Washington continue apoiando o ditador sanguinário contra o qual o cardeal Kim protesta na Coreia do Sul, porém, a mensagem de Carter é que esse apoio é temporário e condicionado a uma mudança no status quo. O presidente demitiu sumariamente o chefe do Estado Maior das Forças Armadas americanas na Coreia do Sul, general Singlaub, porque este ousou criticar a política de Carter de desengajamento gradual de tropas americanas da região.

O poder aqui permanece civil, conquistado pelo voto e nada mais.

A mensagem de Carter é clara: o governo dos EUA dará preferência absoluta a relações bilaterais mutuamente satisfatórias com democracias e não com regimes "Gulags", ainda que travestidos de "defensores do mundo livre". É uma mensagem, repito, que conta com o apoio esmagador do povo americano, ansioso de purgar-se das culpas em Vietnã e Watergate. Carter explora essa ânsia politicamente, não há dúvida. Mas, ninguém faz nada desinteressado neste nosso mundo e a causa, direitos humanos, vale o sacrifício de aturarmos um pouco de demagogia. E o povo, não esqueçamos, leva a sério o que o presidente diz e cobrará na ocasião devida qualquer promessa traída. É o que importa, em última análise, numa democracia.

CMP 2.17.131